

Direitos de Agricultores

Direitos de Agricultores são os direitos originados das contribuições passadas, presentes e futuras dos agricultores ao conservarem, melhorarem e tornarem disponíveis os recursos fitogenéticos, principalmente nos centros de origem e de diversificação.

Por intermédio do Tirfaa, os governos nacionais se comprometeram a implementar os direitos de agricultores, sendo sugeridas as seguintes medidas: a) a proteção para o conhecimento tradicional sobre recursos fitogenéticos, b) o direito de participar de forma eqüitativa em benefícios oriundos desses recursos e c) o direito de participar na tomada de decisões nacionais sobre a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos.

As contribuições dos agricultores relativas à conservação, melhoramento e disponibilidade de recursos fitogenéticos podem incluir conhecimentos tradicionais associados, bem como outros conhecimentos. Nesse sentido, os conhecimentos tradicionais associados, pertinentes aos direitos de agricultores, constituem um universo mais específico, pois se referem, exclusivamente, aos conhecimentos relacionados aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura. Na realidade, ainda que haja claramente uma zona de intersecção entre as duas categorias de direitos, eles possuem fundamentos e consequências jurídicas distintos.